

IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS PRODUZIDOS PELA INSTALAÇÃO DE UM INSTITUTO FEDERAL: UMA ANÁLISE DA REALIDADE DE OEIRAS (PI)

Paulo Henrique de Carvalho Bueno

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI
Campus Oeiras, Oeiras, PI, Brasil.
ph21bueno@hotmail.com

RESUMO

Objetiva-se identificar os possíveis impactos socioeconômicos provocados pela instalação de um Instituto Federal na cidade de Oeiras (PI). Argumenta-se que a prestação de serviço educacional promove dinâmicas sociais e econômicas relevantes para a comunidade local, em função do dinamismo das formas e conteúdos presentes no espaço urbano oeirense. A pesquisa baseou-se em bibliografias concernentes à (re)produção do espaço, o papel da instalação dos Institutos Federais nessa dinâmica e aplicação de questionários *online* via *Google forms* junto aos servidores com vistas a investigar seus gastos na cidade, bem como os produtos e serviços que mais consomem. Constatou-se que a instalação do IFPI em Oeiras contribui com a dinâmica da economia local, seja nas dimensões materiais (bens e serviços), sejam áreas culturais (entretenimentos citadinos), fato(s)este(s) evidenciado(s) com a inserção de mais de dez milhões de reais anuais (conforme projeção para 2020 em valores brutos) só de salários a serem pagos aos servidores, recursos que ficam disponibilizados para o consumo da e na cidade.

Palavras-chave: Espaço Urbano. Economia Local. Institutos Federais de Educação.

SOCIOECONOMIC IMPACTS PRODUCED BY THE INSTALLATION OF A FEDERAL INSTITUTE: AN ANALYSIS OF THE REALITY OF OEIRAS (PI)

ABSTRACT

The objective is to identify the possible socioeconomic impacts caused by the installation of a Federal Institute in the city of Oeiras (PI). It is argued that the educational services delivery brings about relevant social and economic dynamics for the local community, as a result of the dynamism of the forms and contents present in the urban space of Oeiras. The research was based on bibliographies related to the (re) production of space, the role of the installation of Federal Institutes in such dynamics and the application of online questionnaires through google forms with the servers in order to investigate their expenditures in the city, as well as the products and services that they consume the most. It was found that the installation of the IFPI in Oeiras contributes to the dynamics of the local economy, either in material dimensions (goods and services), or in cultural areas (city entertainment). Such facts are evidenced with the insertion of more than ten million reais a year (as projected for 2020 in gross values) only from salaries to be paid to civil servants, and such resources will be available for the consumption of the city and in it.

Keywords: Urban Space. Local Economy. Federal Institutes of Education.

INTRODUÇÃO

A produção do espaço urbano se constitui em objeto de intensos debates, especialmente desde a segunda metade do século XX, em função das complexidades que envolvem a apropriação, os usos e a gestão do urbano. Na verdade, a (re)produção de diversos fenômenos e processos espaciais (re)produzem (re)arranjos nas formas e conteúdo do urbano continuamente, o que exige leituras diversas para o entendimento dessas realidades espaciais no tecido geográfico citadino. Com efeito, entende-se que o espaço urbano se configura como condição, meio e produto da ação humana (CARLOS, 2011), em que a díade forma-conteúdo é dinamizada a partir da produção social do espaço (GOTTDIENER, 1997).

Decorre, portanto, que, ao examinar a produção espacial urbana, a qual se concretiza nas cidades, implica considerar a sua dinâmica de produção e crescimento via transformações do processo de urbanização como parte do esquema de (re)produção do capital e da sociedade. Com efeito, o

movimento contraditório que produz o urbano, em que os agentes produtores agem de forma articulada, fragmentada e conflituosa, revela a dialética inerente a esse processo.

Dentre os agentes produtores do espaço urbano tem-se o Estado (CORRÊA, 1989). Nesse sentido, o governo federal, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008), transformou as antigas escolas técnicas federais em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Desde então, principalmente a partir de 2010, houve expansão dessas instituições de ensino em todo o território nacional. É nesse processo expansionista que se insere a instalação do IFPI – *Campus* Oeiras, o qual data como instalado em 2013 e iniciou as atividades de ensino com maior efetividade (oferta do ensino médio integrado) em 2015.

Nessa senda, objetiva-se identificar os possíveis impactos socioeconômicos provocados pela instalação de um *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) na cidade de Oeiras. Argumenta-se que as atividades desenvolvidas nessa prestação de serviço educacional promovem dinâmicas sociais e econômicas relevantes para a comunidade local, em função do dinamismo das formas e conteúdos presentes no espaço urbano oeirense. A pesquisa baseou-se em bibliografias concernentes à (re)produção do espaço, o papel da instalação dos Institutos Federais nessa dinâmica e aplicação de questionários aos servidores efetivos com vista a investigar seus gastos na cidade, bem como os produtos e serviços que mais consomem. Com efeito, situa-se a natureza da pesquisa como quantitativa com objetivos descritivos e exploratórios em que a análise estatística descritiva favorece a compreensão dialética da (re)produção do espaço urbano.

Para a obtenção dos dados dos servidores, fez-se uso de questionários *online* via *Google forms*. Esses instrumentos de coleta ficaram disponíveis durante os meses de setembro e outubro de 2020 aos 85 profissionais da instituição nesse período. Com efeito, obteve-se 43 respondentes à solicitação. Nesse sentido, mesmo que não se alcance a totalidade dos servidores, a amostra constitui um espelho significativo para a análise que se pretende construir, uma vez que representa 50% do universo de investigação.

As reflexões expostas assim se delineiam, para além de introdução e conclusões: 1) (Re)produção do espaço urbano: uma análise sobre instalação de Institutos Federais (IFs) – momento em que se discute acerca dos agentes produtores do espaço urbano, suas nuances na díade forma - conteúdo e examinam-se algumas pesquisas que lidam com a temática de expansão dos IFs e suas repercussões socioespaciais; 2) IFPI – *Campus* Oeiras: impactos socioeconômicos de sua instalação – sessão que caracteriza as dinâmicas socioespaciais fomentadas pela instalação de uma instituição de ensino federal na realidade oeirense a partir de dados colhidos.

(RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: UMA ANÁLISE SOBRE INSTALAÇÃO DE IFS

As discussões sobre espaço urbano como resultante de processos sociais induzem ao raciocínio de que o espaço, inserido no sistema capitalista, transforma-se em mercadoria. Sob essa condição, a dominação e apropriação espacial são realizadas com maior efetividade pelos atores hegemônicos com vistas à consecução de seus interesses de (re)produção espacial e das relações sociais. Entretanto, nas reflexões sobre o espaço tem-se que este não pode ser visto apenas como produto, mas também produtor, enfim, essa categoria é condição, meio e produto das relações sociais (CARLOS, 2011). Ademais, como afirma Lefebvre (2008), a produção espacial pode ser, também, examinada a partir das representações espaciais, os espaços de representação e as práticas espaciais que se desenrolam, o que permite, conforme Gottdiener (1997), discutir a produção social do espaço.

Nessa direção, a ideia de espaço e tempo confere às produções espaciais uma dinâmica a partir da qual as sociedades atribuem novas funções às formas geográficas e um novo sentido à organização espacial pretérita. Destarte, esse movimento ao tempo em que cria situações de equilíbrio, enseja pontos de partida para outro devir, o que envolve as formas e os conteúdos dialeticamente com a sociedade no próprio movimento espacial (SANTOS, 2008a; 2008b).

Nesse sentido, conforme Carlos (2011), a materialidade desse espaço se concretiza de forma visível na cidade, a qual deve ser analisada como prática socioespacial e requer compreensões das apropriações espaciais enquanto elementos de realizações do viver humano em todas as suas dimensões. Nessa senda, a reflexão sobre a cidade é, fundamentalmente, um ruminar sobre a prática socioespacial que diz respeito ao modo pelo qual se realiza a vida na cidade enquanto formas e momentos de apropriação do espaço como elemento constitutivo da realização da existência humana. Logo, a cidade é

[...] expressão e significação da vida humana, obra e produto, processo histórico cumulativo, a cidade contém e revela ações passadas, ao mesmo tempo em que o futuro, que se constrói nas tramas do presente – o que nos coloca diante da impossibilidade de pensar a cidade separada da sociedade e do momento histórico analisado (CARLOS, 2007, p.11).

As atividades desenvolvidas no espaço da cidade ao longo do tempo a fizeram como centro das ações humanas, subordinando, particularmente após a Revolução Industrial do século XVIII, o campo, em suas relações de produção, consumo e gestão, e tornando-se o lugar de materialização de projetos e processos políticos e econômicos. A cidade é também o ponto nuclear de administração e acumulação de capital, que agora se dá de forma mundializada, e o centro de comando das redes de organização, temporal e espacial que sintetizam as problemáticas rurais, urbanas e do meio ambiente, o que a torna palco das lutas, conquistas e perdas dos grupos sociais que nela buscam melhores condições de vida (CORREA, 1989).

Analisar as cidades a partir da (re)produção do espaço urbano, centrado na díade forma – conteúdo (SANTOS, 2008a) enseja que se investigue como as ações dos diversos agentes produtores do urbano (CORREA, 1989) incrementam esses (re)arranjos espaciais. Nesse sentido, a instalação de unidades federais de ensino médio integrado e superior nas mais diversas cidades são ângulos analíticos significativos para a compreensão desse processo. Na verdade, a temática em tela, expansão dos IFs e suas repercussões socioespaciais, tem sido objeto de reflexão recente no âmbito da Geografia, mas noutros campos disciplinares – caso das Políticas Públicas, Educação e Economia – possuem discussões mais consolidadas.

Nesse diapasão, Silva (2014) investiga a expansão da rede de educação profissional no território brasileiro e suas nuances com o desenvolvimento social, cultural e econômico dos espaços em que se instalam. Na verdade, parte o autor da premissa de que a distribuição dos serviços educacionais, seja a partir de suas formas, seja nos conteúdos, promove (re)arranjos espaciais, o que requer novos olhares geográficos. Suas análises permitem afirmar que a consolidação do processo de interiorização da rede federal de ensino técnico, tecnológico e superior por meio dos IFs ultrapassa as capitais estaduais e se direciona para cidades médias e pequenas, o que fomenta novas dinâmicas na díade forma – conteúdo presente nesses espaços urbanos. É nessa linha de raciocínio que o autor, Silva (2018), elabora sua tese analítica acerca da configuração espacial dos IFs na realidade baiana com vistas a uma regionalização a partir do pressuposto de que essa expansão e suas repercussões espaciais reverberam significativamente no desenvolvimento social, cultural e econômico dos municípios e regiões.

Silva (2017) discute a espacialização dos IFs em território nacional de forma geral e suas repercussões socioespaciais no estado de Santa Catarina. O autor parte do pressuposto de que a instalação dessas instituições de ensino técnico integrado aos ensinos médio e superior promove desenvolvimentos sociais e econômicos nos espaços em que se instalam por conciliar atividades de ensino, pesquisa e extensão.

As deduções de Silva (2017) indicam que foi a região Nordeste a que mais recebeu unidades dos IFs, o que a torna como concentradora de maior número de matrículas e atendem as populações mais vulneráveis socioeconomicamente. Conforme Silva (2017, p. 303-304), é fato “[...]que os novos *campi* têm ampliado as oportunidades de elevação da escolaridade e profissionalização dos estudantes, principalmente daqueles de menor renda e que vivem nos municípios com menores PIB *per capita*[...]”, sejam nas escalas nacional, regional, estadual ou local.

Silva (2019) analisou os impactos sobre as formas e conteúdos desencadeados pela instalação de um Instituto Federal na cidade de Crateús (CE), os quais podem ser sintetizados na questão de pesquisa por ele proposta: quais as dinâmicas socioespaciais oriundas da instalação do IFCE em Crateús (CE)? Em relação às formas urbanas, investigou as mudanças na paisagem local e no entorno da instituição, já no tocante aos conteúdos, escrutinou como os recursos financeiros pagos a estudantes, terceirizados e servidores dinamizam a economia local, principalmente no consumo de bens e serviços prestados na cidade.

Nessa conformidade, as conclusões de Silva (2019) apontam para modificações na realidade local sob três aspectos: 1) social – oferta de ensino público e de qualidade para as camadas populares da cidade e hinterlândia, o que promove atração de fluxos de pessoas diariamente com vistas à qualificação profissional; 2) econômico – os recursos disponibilizados a discentes, servidores e terceirizados, são gastos de forma significativa na economia local, seja por meio de aluguel de moradias, compra de alimentos e serviços diversos; 3) espacial – a implantação do IF promoveu a instalação de

infraestruturas que melhor viabiliza a atividade, tais como melhoramento das vias de acesso, construções de conjuntos habitacionais próximos e incremento nas atividades comerciais e serviços do entorno do IF.

Em território piauiense, Santana (2012) discutiu a expansão dos IFPIs, de forma panorâmica, com vistas a caracterizar seus espaços de instalação a partir do potencial humano, os arranjos produtivos locais inseridos nas vocações e potencialidades das microrregiões estratégicas do Estado em que foram erguidos os *campi* da instituição federal de ensino em tela. O exame de Santana (2012) evidencia a expansão significativa ao longo da primeira década do século XXI, fato que promoveu incrementos significativos nas realidades citadinas em que foram construídos os *campi* do IFPI, seja no atendimento ao alunado, seja no aumento do número de servidores, seja em novas dinâmicas urbanas.

Silva Neto (2013) examina a expansão dos Institutos Federais do Piauí entre 2005 a 2011 com o fito de discutir as adequações ou não desse processo expansionista às diretrizes governamentais que o regem no que tange à distribuição dessas unidades de ensino no território piauiense e à escolha do curso ofertado. Suas incursões o permitiram inferir a dualidade da realidade analisada, uma vez que se constatou que em alguns momentos as escolhas das cidades e dos cursos não se aproximam das diretrizes governamentais, mas em outros há aproximações significativas, uma das evidências da busca do gestor pela implementação concernente ao preconizado pela legislação que criou os IFs.

A pesquisa de Silva Neto (2013) constata ainda que as cidades que abrigam os IFs são as mais populosas e com as maiores economias do estado, o que o leva a afirmar que houve equilíbrio na distribuição conforme a classificação regional do Piauí, com exceção do município de Angical do Piauí (classificada como centro Local, hierarquicamente subordinada à Teresina e, conforme classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2008), não dispõe de condição de centro de gestão do território). Nesse sentido, as referidas instituições educacionais promovem um ensino de qualidade integrado e profissional, qualificam a mão de obra local, auxiliam na fixação dos sujeitos em seus espaços e minimizam os fluxos migratórios tão marcados na maioria das cidades piauienses.

Araújo (2019) perscruta a relação entre a expansão da educação profissional por meio dos IFPIs e o mercado de trabalho no Estado do Piauí no período de 2008 a 2015. Suas discussões, mesmo não centradas no âmbito da geografia, permitem vislumbrar descompassos entre a formação profissional efetivada nas instituições de ensino analisadas e o mercado de trabalho piauiense, uma das unidades da federação mais frágeis socioeconomicamente.

As considerações finais de Araújo (2019) indicam, em linhas gerais, que: 1) a lógica imbricada na formação profissional ofertada pelos IFPIs segue a proposta mercadológica, pautada, sobretudo, na perspectiva neoliberal, a partir da formação para a incerteza de absorção pela empregabilidade, bem como a constituição de precariedade no trabalho; 2) a partir dessa lógica de preparação para o mercado, verifica-se que os IFPIs procuram vincular sua oferta formativa à realidade do mercado de trabalho piauiense, uma vez que a maioria dos cursos de nível médio ofertados volta-se para qualificações nas áreas de comércio e serviços, o que atende aos arranjos produtivos dos espaços de instalação dessas instituições de ensino; 3) as condições da força de trabalho, seja a ocupada ou não, indicam sua subutilização e revelam alto índice de desemprego entre jovens e trabalhadores; 4) a falta de dados mais pormenorizados sobre os egressos dessas instituições de ensino dificulta verificações mais precisas sobre o aproveitamento dessa mão de obra qualificada, mas, de modo geral, afirma-se que é frágil tal aproveitamento em função das condições estruturais e realidade da economia piauiense.

Na (re)produção do espaço urbano verifica-se as dinâmicas introduzidas por novas formas espaciais aí instaladas, caso dos IFs. Destarte, suas análises permitem compreender as lógicas imbricadas nesses processos, realidades analisadas sob diversos aspectos e campos disciplinares. De fato, a envergadura promovida nos (re)arranjos dos sistemas de ações e de objetos (SANTOS, 2008a) é elucidativa para a leitura da cidade, papel desempenhado pela construção e funcionamento do IFPI – *Campus Oeiras*, alvo da discussão seguinte.

IFPI – CAMPUS OEIRAS: IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DE SUA INSTALAÇÃO

Oeiras, primeira capital do Piauí até 1852, teve seu processo de ocupação ligado à expansão da pecuária para o interior nordestino no final do século XVII (ARRAES, 2012). Historicamente tem-se que

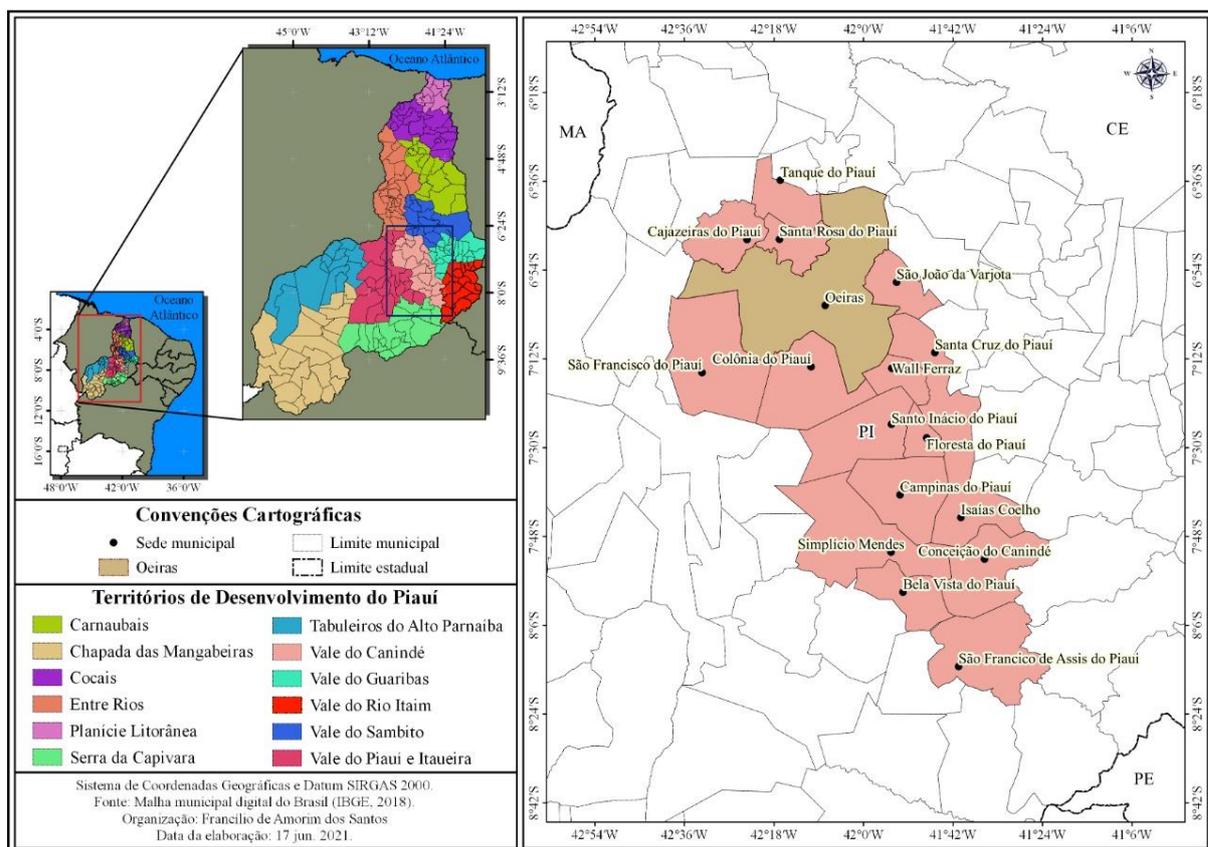
[...]com o nome de 'Mocha', tomado de um riacho ali situado, formou-se uma povoação, com capela filiada à freguesia de Cabrobó, da Diocese de Pernambuco. Essa povoação passou ao nível de freguesia, sob a invocação

de Nossa Senhora da Vitória, em 1696, e foi elevada à categoria de vila em 1712. Ao ser criada a Capitania do Piauí, em 1758 (Carta Régia de 29 de julho), a vila de Mocha, que era o seu maior núcleo, tornou-se sede do Governo. Somente em 1761 ganhou ela foros de cidades, passando, então, a denominar-se Oeiras, em homenagem ao Conde de igual nome, depois Marquês de Pombal. Oeiras é considerada o núcleo mais antigo do Piauí e berço da história e colonização do Estado [...] (IBGE, 2020).

Na verdade, a transferência da capital para outro espaço em território piauiense foi fruto de ações governamentais que visavam a buscar uma localização com mais mecanismos para o desenvolvimento econômico do estado, como apontam os estudos de Nunes e Abreu (1996).

O estado do Piauí, conforme Lei nº 87 de 22 de agosto de 2007 (PIAUI, 2007), foi dividido em territórios de desenvolvimento, em um total de 11 e por intermédio da Lei Estadual nº 6.967, de 03 de abril de 2017 (PIAUI, 2017), criou-se mais um, Território Vale do Itaim, o que totaliza 12 atualmente. Oeiras localiza-se no Território Vale do Rio Canindé, conforme Figura 1, o qual é composto por 17 municípios: Bela Vista do Piauí, Cajazeiras do Piauí, Campinas do Piauí, Colônia do Piauí, Conceição do Canindé, Floresta do Piauí, Isaías Coelho, Oeiras, Santa Cruz do Piauí, Santa Rosa do Piauí, Santo Inácio do Piauí, São Francisco de Assis do Piauí, São Francisco do Piauí, São João da Varjota, Simplicio Mendes, Tanque do Piauí e Wall Ferraz.

Figura 1 - Territórios de desenvolvimento do Piauí, com destaque para a localização do Território Vale do Rio Canindé. 2020.



Fonte - IBGE, 2018.

Os 17 municípios que compõem o Vale do Canindé possuem dinamismo econômico centrado principalmente nas receitas advindas dos repasses governamentais e da agropecuária de subsistência, em que a cidade de Oeiras desponta como polo de atração frente às demais cidades, uma vez que a mesma se constitui na única a ofertar ensino superior público (Universidade Estadual do Piauí, Polo de Unidade de Ensino à Distância da Universidade Federal do Piauí e Instituto Federal de Educação,

Ciência e Tecnologia do Piauí), hospital de médio porte, possuir quatro agências bancárias (Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Caixa econômica Federal e Bradesco), além de um comércio mais diversificado quando comparado às demais cidades circunscritas no território.

Além disso, conforme classificação do IBGE (2008) para as cidades brasileiras e suas áreas de influências, Oeiras configura-se como Centro de Zona A e localiza-se entre dois Centros Sub-regionais A, Picos e Floriano. Em termos populacionais, é Oeiras que possui maior contingente quando comparada às demais. Na verdade, só dois municípios desse território possuem população acima de 10 mil habitantes (Oeiras e Simplício Mendes), o que torna as diferenças entre essas realidades urbanas bem significativas, com evidências em seu tamanho populacional. Oeiras possuía em 2000, 33.890 habitantes, em 2010, 35.640 habitantes, e estimativa de 37.085 habitantes em 2020. O município com menor número de habitantes é Floresta do Piauí, a qual contava com 2.415 habitantes em 2000, 2.482 em 2010 e se projeta para 2.560 habitantes em 2020. Os números populacionais desse território indicam que em 2000 havia 110.465 habitantes, em 2010, contava com 121.097 habitantes, e em 2020 projetou-se 126.244 habitantes (IBGE, 2000, 2010, 2020), conforme Tabela 1.

Tabela 1 - População dos municípios do Território Vale do Rio Canindé, considerando os anos de 2000, 2010 e 2020.

Mun. do Terr. do Vale do Rio Canindé	Total populacional		
	2000	2010	2020*
Bela Vista do Piauí	2.959	3.778	4.030
Cajazeiras do Piauí	2.659	3.343	3.573
Campinas do Piauí	5.131	5.408	5.620
Colônia do Piauí	7.253	7.433	7.661
Conceição do Canindé	4.916	4.475	4.807
Floresta do Piauí	2.415	2.482	2.560
Isaías Coelho	7.659	8.221	8.566
Oeiras	33.890	35.640	37.085
Santa Cruz do Piauí	5.777	6.027	6.247
Santa Rosa do Piauí	5.224	5.149	5.255
Santo Inácio do Piauí	3.442	3.648	3.803
São Francisco de Assis do Piauí	3.802	5.567	5.779
São Francisco do Piauí	6.351	6.298	6.420
São João da Varjota	4.362	4.651	4.848
Simplício Mendes	10.968	12.077	12.746
Tanque do Piauí	2.316	2.620	2.773
Wall Ferraz.	3.997	4.280	4.471
Total	110.465	121.097	126.244

Fonte - IBGE, 2000, 2010, 2020.

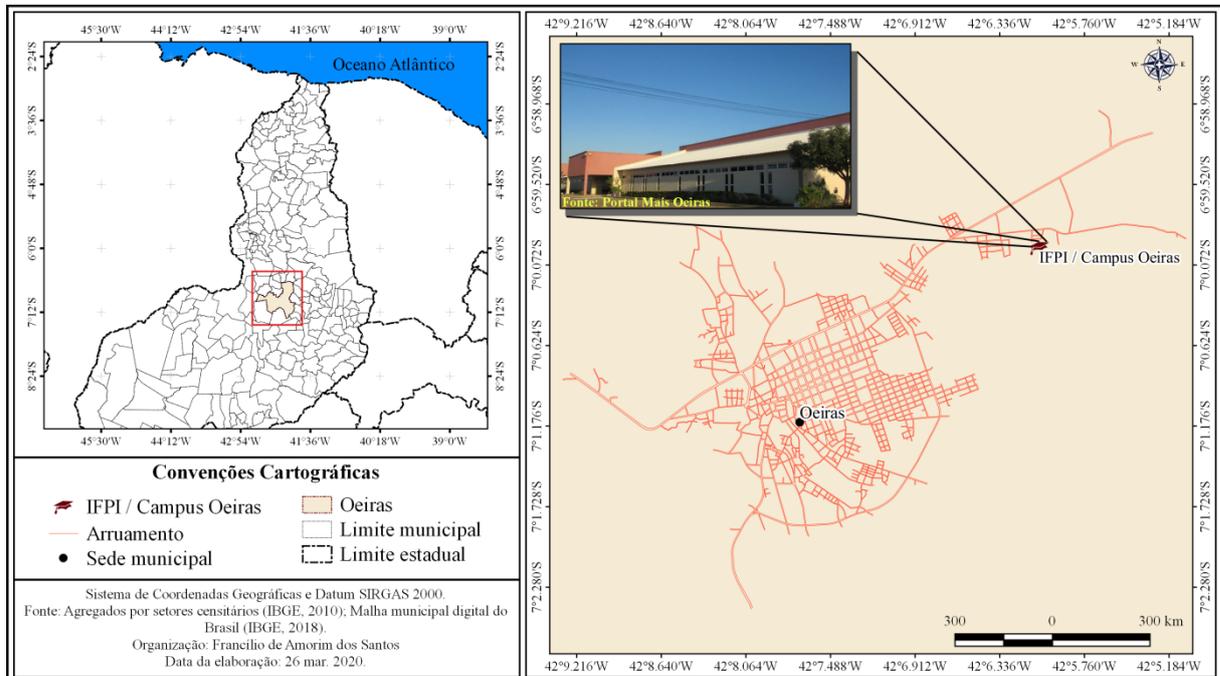
* População estimada pelo IBGE, 2020.

O IFPI – *Campus* Oeiras, instalado em 2013 como fruto do projeto de expansão da rede federal de ensino, teve em 2015 o início do ensino médio integrado e os cursos subsequentes. Atualmente, além

desses já ofertados, ampliaram a disponibilidade de ensino para o Território Vale do Rio Canindé com os cursos técnicos de informática, agropecuária, superiores de Licenciatura em Física, Bacharelado em Administração, além de programas de pós-graduação que outrora foram ofertados. Na verdade, as modalidades de ensino ofertadas visam a atender a uma população diversa em idade escolar do referido território, em que Oeiras se constitui como maior demandante. Nessa direção, verifica-se que a cidade sede da instituição possuía 2.712 alunos nos anos finais do Ensino Fundamental em 2014, 2.534 em 2015, 2.366 em 2016, 2.454 em 2017, 2.425 em 2018, 2.566 em 2019 e 2.628 em 2020 (INEP, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020), os quais estão aptos a ingressarem no Ensino Médio Integrado ofertado no IFPI.

No ano de 2020 o *campus* contava com 256 alunos no ensino técnico integrado ao médio, distribuídos nos cursos de Administração, Agropecuária e Agricultura. Nos cursos subseqüentes havia 168 alunos distribuídos nos cursos de Comércio, Administração, Agropecuária e Informática. Já os cursos superiores contavam com 119 discentes no de Licenciatura em Física e 113 no bacharelado em Administração, o que soma 656 no geral. A referida instituição localiza-se na Rua Projetada, s/n, no Bairro Uberaba II, uma área de expansão urbana da cidade como mostra a Figura 2.

Figura 2 - Localização do IFPI em Oeiras, estado do Piauí. 2020.



Fonte - IBGE, 2018.

O IFPI *campus* Oeiras contava em outubro de 2020 com 85 servidores (data de envio dos questionários), divididos em 54 docentes (12 do eixo agrárias, 13 do de gestão e negócios, 4 da informática, 23 da base comum e 2 das disciplinas pedagógicas) e 31 técnicos (15 de nível médio, 6 fundamental e 10 superior). Esse contingente de novos consumidores do espaço oeirenses possuem potencial financeiro significativo, posto que os vencimentos recebidos sejam maiores quando comparados com os profissionais das redes estadual e municipal de educação. A Tabela 2, mesmo com possíveis inconsistências quanto à origem dos dados no portal da transparência do governo federal, dá uma ideia desse poder financeiro dos servidores ao pôr em relevo que os salários brutos mensais dos docentes da referida instituição no mês de agosto de 2020 foram de R\$ 589.001,76, o que resulta em R\$ 7.657.022,88 anuais. Já o corpo técnico recebeu nesse mesmo mês um total de R\$ 187.987,15, o que totaliza em R\$ 2.443.832,15 anuais.

Tabela 2 - Folha salarial bruta dos IFPI / *Campus* Oeiras, em agosto de 2020.

Função	Folha mensal (R\$)	Folha anual (R\$)
Docentes	589.001,76	7.657.022,88
Técnicos	187.987,15	2.443.832,15
Total	776.988,91	10.100.855,03

Fonte - BRASIL, 2020.

Além dos valores dos salários dos servidores, outros recursos financeiros são postos na cidade pelo IFPI - *Campus* Oeiras, seja via política estudantil, bolsas de pesquisas para os discentes, empregados terceirizados, aquisição de alimentos para o restaurante, dentre outros. Aliás, desde o momento de sua construção, instalação e contínua manutenção predial, os recursos pagos aos trabalhadores dinamizam a economia local. Nessa direção, em analogia ao que ocorre em Crateús (CE), escrutinado por Silva (2019), esses recursos são gastos na economia local, seja com aluguel de moradias, seja com aquisição de bens e serviços, os quais dinamizam substancialmente a (re)produção do espaço urbano oeirense.

Na verdade, os recursos injetados pela instituição em investigação contribuem na composição do Produto Interno Bruto municipal (PIB), o qual é composto, segundo o IBGE (2021), por atividades ligadas à agropecuária (Agricultura, inclusive apoio à agricultura e à pós-colheita; Pecuária, inclusive apoio à Pecuária; Produção florestal, pesca e aquicultura), indústria (Indústrias extrativas; Indústrias de transformação; Eletricidade e gás, água, esgoto; atividades de gestão de resíduos e descontaminação; e Construção), serviços (Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; Transporte, armazenagem e correio; Alojamento e alimentação; Informação e comunicação; Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; Atividades imobiliárias; Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; Educação e saúde privadas; Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços; e Serviços domésticos) e administração pública (Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social).

Nessa direção, conforme Tabela 3, verifica-se que o setor que mais contribui com o PIB de Oeiras é o de serviços, com percentuais de 50,94% em 2016, 50,40% em 2017 e 50,50% em 2018, seguido dos recursos despendidos com as atividades centradas na administração, com 36,02% em 2016, 36,69% em 2017 e 38,33% em 2018. As atividades agropecuárias e industriais possuem participação pequena quando comparada às demais.

Tabela 3 - Percentuais (%) das atividades que compõem o PIB Oeiras (PI), considerando os anos de 2016 a 2018.

Município	Atividades	2016	2017	2018
Oeiras	Agropecuária	3,14%	3,88%	3,19%
	Indústria	9,90%	9,03%	7,98%
	Serviços	50,94%	50,40%	50,50%
	Administração	36,02%	36,69%	38,33%

Fonte - IBGE, 2021.

Oeiras é o maior centro urbano do Território Vale do Rio Canindé e atrai fluxo significativo de pessoas para o consumo na e da cidade, o que explica a predominância da participação do setor de serviços na composição do PIB municipal, seguido do de administração. Nessa senda, o aumento percentual da participação das atividades ligadas à administração entre 2016 e 2018 pode explicar a variação do PIB municipal nessa mesma temporalidade. De acordo com a Tabela 4, o PIB de Oeiras foi de R\$ 377.710.620,00 em 2016, R\$389.636.250,00 em 2017 e R\$ 412.894.640,00 em 2018, o que influenciou na elevação do PIB *per capita* nos anos em destaque.

Tabela 4 - PIB (a preços reais de R\$ 1.000,00) e PIB *per capita* (a preços reais de R\$ 1,00) do município de Oeiras, para os anos de 2016 a 2018*.

Oeiras	2016	2017	2018
PIB	R\$377.710,62	R\$389.636,25	R\$412.894,64
PIB <i>per capita</i>	R\$10.380,94	R\$10.694,89	R\$11.168,07

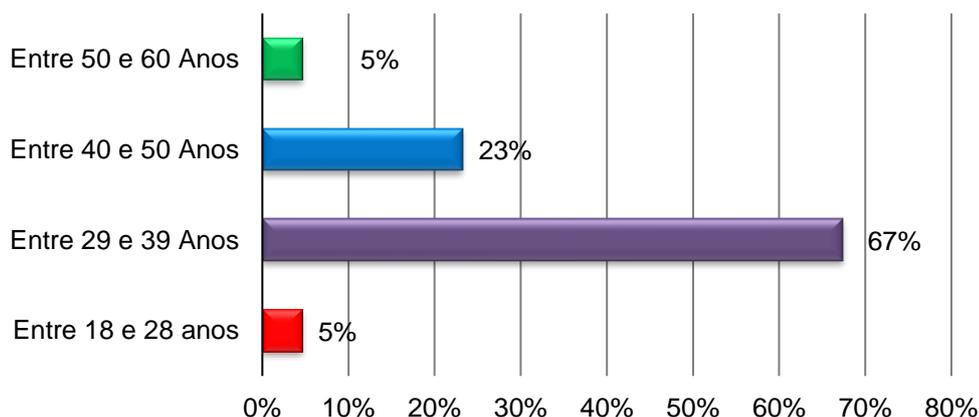
Fonte - IBGE, 2021.

*utilizou-se procedimentos deflacionários para os dados brutos do IBGE (2021), a partir do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA, 2016) do IBGE, em que o ano de 2016 é tomado como base para transformar preços nominais em preços reais, o que permite as comparações ano a ano.

Os dados referentes à folha anual dos servidores, participação das atividades na composição do PIB, PIB e PIB *per capita*, permitem o seguinte raciocínio: em 2018, o PIB de Oeiras foi de R\$ 412.894,64 (milhões), o PIB *per capita* foi de R\$ 11.168,07, e o setor de administração teve participação de 38,33% no período. Nessa direção, na perspectiva do termo econômico *Coeterisparibus* (todo o resto constante), em que não foram consideradas as mudanças ocorridas no período de 2019 e 2020, tem-se que a participação do IFPI - Oeiras em 2020 foi de R\$ 10.100.855,03, o equivalente a 2,45% do PIB projetado e 6,38% da atividade administrativa, um incremento relevante para a dinâmica econômica local.

É nessa realidade urbana oeirense que os 85 servidores contribuem para ascensão dos movimentos da sociedade local, seja na economia, seja nas relações sociais e/ou culturais. Desse universo, 43 responderam às questões propostas, o que permitiu a mensuração de dados socioeconômicos expostos a seguir. Constatou-se que dos respondentes, 22 são do sexo masculino e 21 do feminino. Em relação à etnia, 47% se auto declararam pardos, 28% brancos, 19% pretos e 7% amarelos. No que tange a faixa etária, conforme Figura 3, 65% possuem de 29 a 39 anos, 23% de 40 a 50 anos e 5% nas faixas de 18 a 28 anos e acima dos 50 anos.

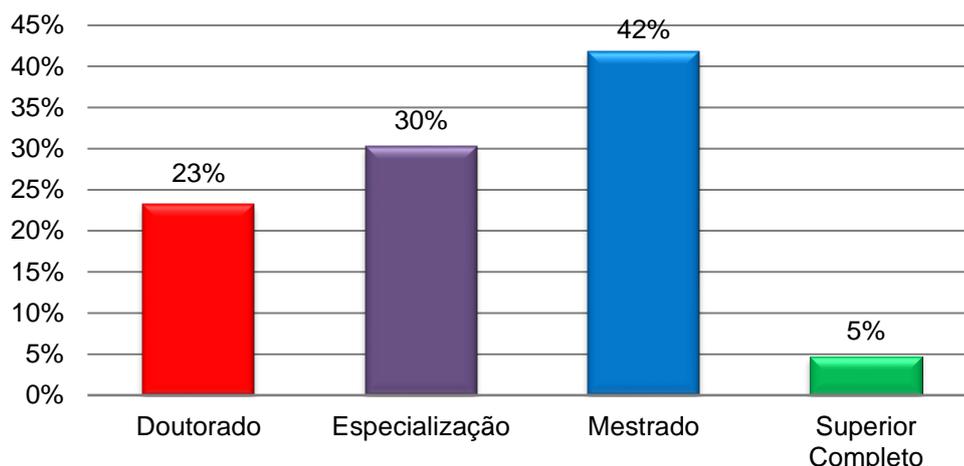
Figura 3 - Faixa etária dos servidores do IFPI / *Campus* Oeiras, para outubro de 2020.



Fonte - Elaborado pelo autor, 2020.

Em relação ao grau de instrução dos questionados, se evidencia com 42% dos docentes portadores de títulos de mestres e 23% de doutores. Já a pós-graduação *Latu Sensu*, especialização, responde por 30% dos educadores, e apenas 5% com graduação (Figura 4). O alto índice de servidores pós-graduados revela que a expansão desses programas evidencia seus efeitos. Na verdade, como indicam Nobre e Freitas (2017), ao analisarem a historicidade da pós-graduação brasileira, inferem que houve um crescimento significativo posto que em 40 anos passou-se de 699 cursos em 1976, para cerca de 6.131 em 2016. Com efeito, apesar das disparidades regionais quanto à existência desses programas, nos Institutos Federais é possível verificar seus rebatimentos.

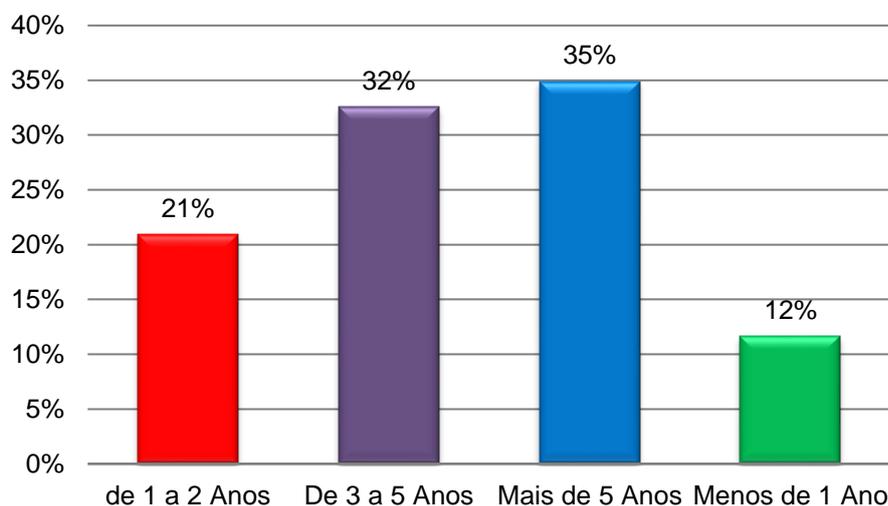
Figura 4 - Grau de instrução dos Servidores do IFPI / *Campus* Oeiras, para outubro de 2020.



Fonte - Elaborado pelo autor, 2020.

Como aludido, as atividades no *campus* Oeiras iniciaram-se no segundo semestre de 2013, mas somente em 2015 é que se instalou o ensino médio integrado e técnico de forma efetiva. Nesse sentido, quando indagados sobre o tempo que já estão lotados na referida instituição de ensino tem-se que 35% dos servidores têm mais de 5 anos, 32% de 3 a 5 anos, 21% de 1 a 2 anos e 12% menos de 1 ano, conforme Figura 5. Os dados sugerem que as políticas de expansão dos IFs promoveram uma rotatividade expressiva dos servidores, seja a partir de remoções, seja por meio de redistribuições, uma vez que menos da metade está desde o início de funcionamento do *campus*. Ademais, os dados de servidores com menos de 2 anos que somados chegam a 33% destes revelam a diminuição das políticas de expansão e consolidação dos IFs como fomentadores de desenvolvimento socioespacial

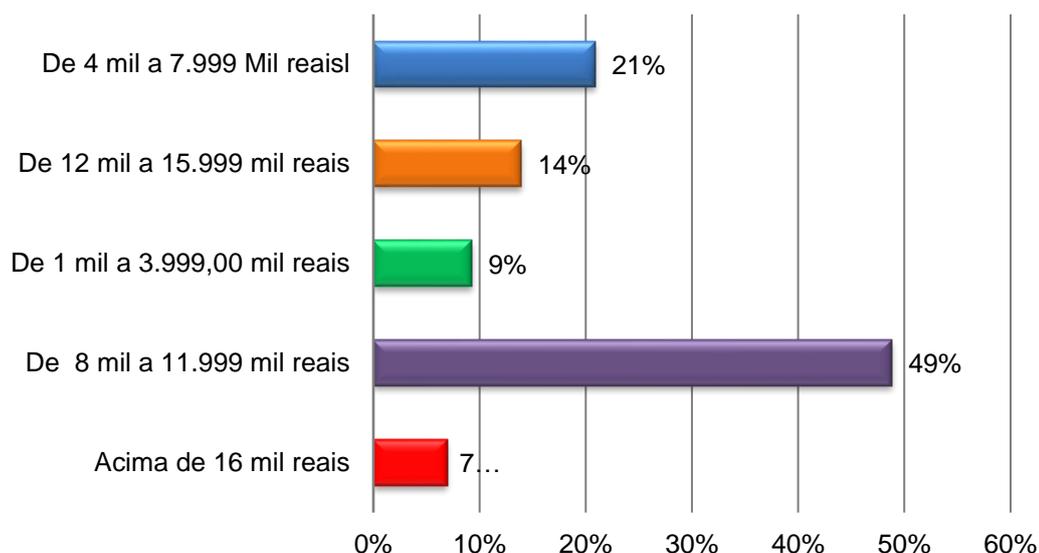
Figura 5 - Tempo de lotação dos servidores do IFPI / *Campus* Oeiras, para outubro de 2020.



Fonte - Elaborado pelo autor, 2020.

No que se refere à renda familiar, de acordo com a Figura 6, tem-se que 49% dos servidores ganham de 8 mil a 11.999 mil reais, 21% de 4 mil a 7.999 mil reais, 14% de 12 mil a 15.999 mil reais e apenas 9% ganham menos de R\$ 3.999 reais. Esses dados evidenciam o poderio de consumo dos servidores da instituição analisada, uma vez que 70% destes ganham a partir de 4 mil reais, o que contrasta com a grande maioria dos trabalhadores brasileiros.

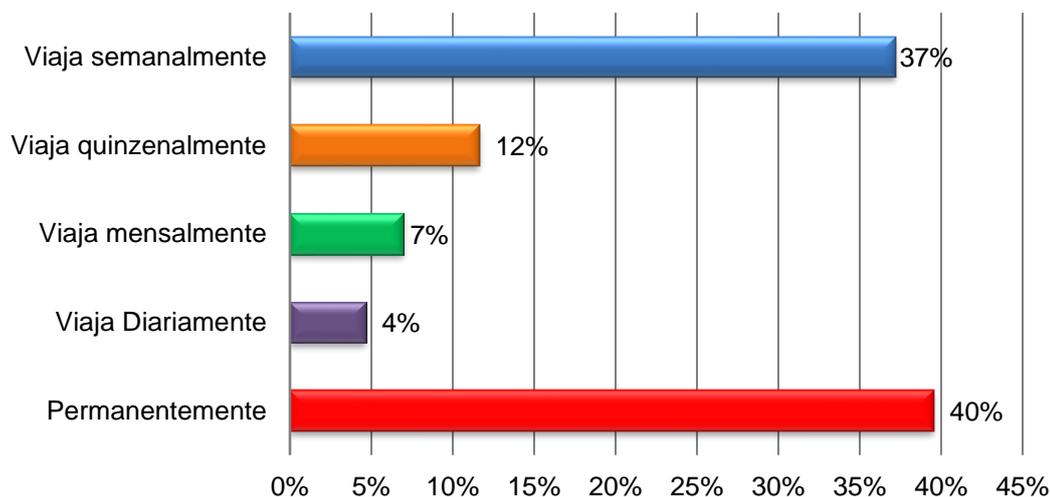
Figura 6 - Renda familiar dos servidores do IFPI / *Campus* Oeiras, para outubro de 2020.



Fonte - Elaborado pelo autor, 2020.

Em relação ao tempo de permanência e deslocamento para a cidade, conforme Figura 7, verifica-se que 40% residem em Oeiras permanentemente. Os demais assim se deslocam para suas atividades na instituição: 37% semanalmente, 12% quinzenalmente, 7% mensalmente e 4% diariamente. Esses dados permitem inferências quanto aos possíveis gastos financeiros nos serviços e produtos ofertados no espaço oeirense, os quais vão desde aluguéis, alimentação e demais serviços, o que dinamiza significativamente a economia local.

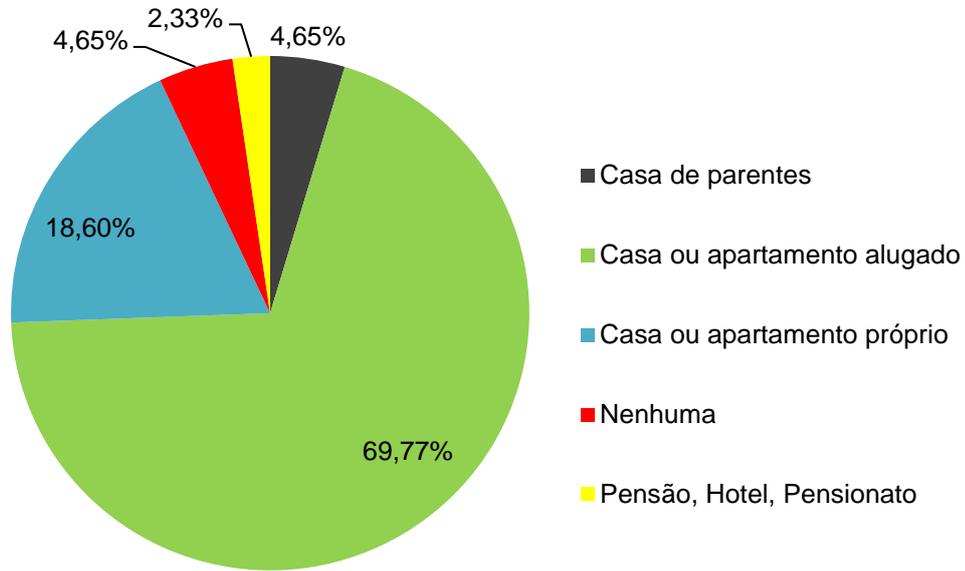
Figura 7 - Tempo de permanência e deslocamento dos servidores do IFPI / *Campus* Oeiras, para outubro de 2020.



Fonte - Elaborado pelo autor, 2020.

O tempo de permanência na cidade induziu a questionamentos sobre os consumos socioespaciais realizados em Oeiras. Nessa direção, constatou-se que 69% residem em casa ou apartamento alugado, 19% casa ou apartamento próprio, 5% em casas de parentes e 2% em pensão, hotel ou pensionato (Figura 8).

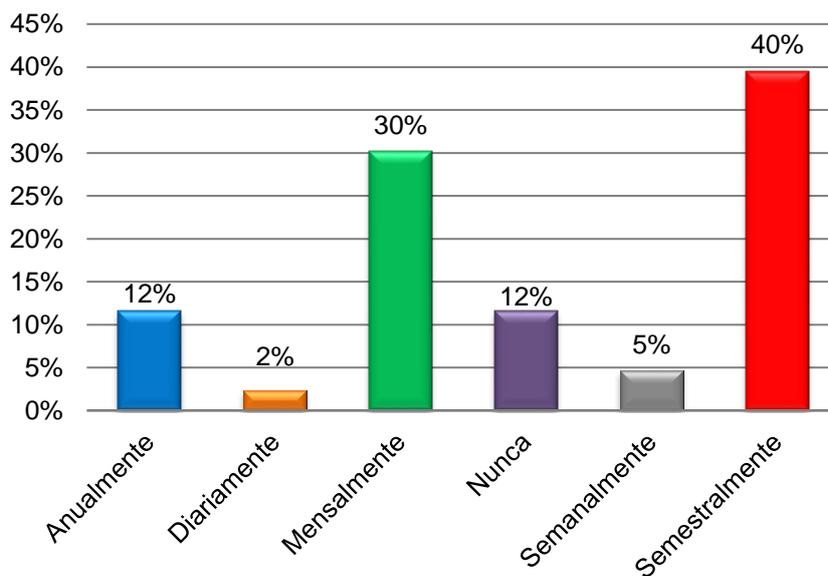
Figura 8 - Tipo de residência utilizada pelos servidores do IFPI /Campus em Oeiras, para outubro de 2020.



Fonte - Elaborado pelo autor, 2020.

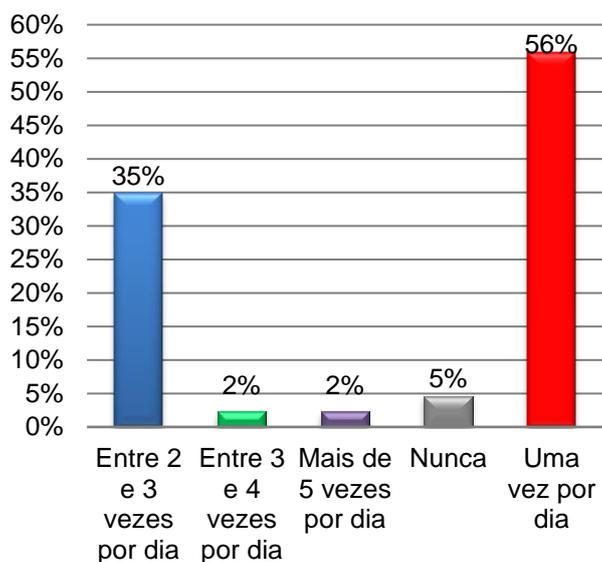
Os serviços médicos não são muito utilizados pelos servidores pesquisados, uma vez que 49% nunca utilizaram, 12% usam uma vez ao ano, mesmo percentual dos que usam três vezes ao ano, 9% duas vezes ao ano e apenas 19% mais de três vezes ao ano. O consumo de bens duráveis é realizado por 40% dos pesquisados a cada semestre, 30% mensalmente, 12% anualmente, 5% semanalmente e 2% diariamente. Já o consumo de bens e serviços não duráveis, caso da alimentação, assim se expressa: 56% fazem uso de restaurantes ou lanchonetes para sua alimentação ao menos uma vez por dia, 35% entre 2 a 3 vezes por dia e apenas 5% não utilizam esses serviços (Figuras 9 e 10).

Figura 9 - Frequência dos servidores dos IFPI /Campus Oeiras que consomem bens de consumo duráveis, para outubro de 2020.



Fonte - Elaborado pelo autor, 2020.

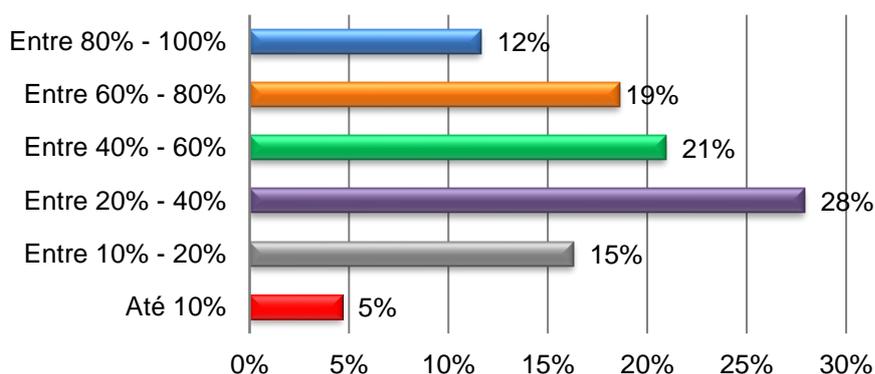
Figura 10 - Frequência dos servidores dos IFPI /Campus Oeiras que utilizam serviços de restaurantes e lanchonetes, para outubro de 2020.



Fonte - Elaborado pelo autor, 2020.

Os entretenimentos citadinos são utilizados semanalmente por 42% dos pesquisados, mensalmente por 26%, 14% semestralmente e 16% nunca utilizam. Quando indagados acerca dos percentuais que gastam em Oeiras, de acordo com a Figura 11, 28% disseram gastar entre 20% a 40% de sua renda, 21% gastam entre 40% a 60% da renda, 19% gastam entre 60 a 80% da renda e 12% gastam acima de 80% de sua renda na cidade. Esses números revelam que a instalação de um instituto federal e a vinda de servidores dinamizam a economia local sob diversos aspectos, o que promove maior geração de emprego e renda na municipalidade em que está localizado, fato, também, evidenciado na pesquisa de Silva (2019) para a cidade de Crateús (CE).

Figura 11 - Média de gasto da renda na cidade de Oeiras, para outubro de 2020.



Fonte - Elaborado pelo autor, 2020.

Os dados colhidos sobre os ganhos e as formas dos gastos financeiros dos servidores da instituição em exame evidenciam elementos relevantes que a instalação de serviços educacionais federais incrementa nas dinâmicas econômicas, sociais e culturais locais, em especial em cidade de menores portes populacionais, caso de Oeiras (PI), o que dinamiza a dÍade de produção espacial, forma-conteúdo, e impõe, conforme Silva (2019), novos desafios à (re)organização do espaço geográfico.

Dentre as dinâmicas espaciais, encerradas em processos e práticas espaciais (CORRÊA, 1989), que são fomentadas a partir da instalação de um IF nas realidades urbanas, conforme apontam as investigações de Araújo (2019), Santana (2012), Silva(2019), Silva (2017), Silva(2014, 2018) e Silva Neto (2013), as quais podem ser apontadas para Oeiras também, cita-se: 1) incrementos no mercado imobiliário a partir do aumento dos valores dos aluguéis, aberturas de loteamentos e construção ou compra de residências. 2) aumento do consumo de bens e serviços ofertados pela cidade. 3) ampliação e densificação do tecido urbano na direção do IF, o que enseja maior dispersão urbana e exige do poder público local maiores investimentos em infraestrutura urbana para atender as demandas daí oriundas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A (re)produção do espaço urbano é eivada de agentes e processos que em suas ações dinamizam a díade forma-conteúdo presente na cidade. Nesse sentido, a leitura dessa realidade requer olhares mais atentos sob diversos aspectos, como compreender o papel da instalação e funcionamento de uma instituição federal de ensino no incremento da economia local de uma dada realidade, caso de Oeiras - PI.

Os dados colhidos sob os mais diversos aspectos socioeconômicos dos servidores revelaram que, a partir de sua presença na cidade de Oeiras, acabaram por contribuir na dinâmica da economia local, tanto na dimensão material (bens e serviços), quanto cultural (entretimentos citadinos), fato evidenciado com a inserção de R\$ 10.110.855,33 anuais só de salários dos servidores. Ademais, revelou-se também que 52% dos servidores gastam acima de 40% dos seus rendimentos na cidade.

Com efeito, verifica-se que as dinâmicas encerradas na díade forma - conteúdo, as quais são desencadeadas com a instalação de um IF em uma dada espacialidade, promovem (re)arranjos na (re)produção do espaço urbano e em sua apropriação, evidenciadas, dentre outras formas, com a ampliação do tecido citadino, incremento no dinamismo do mercado imobiliário, aumento no consumo de bens e serviços ofertados pela cidade, bem como novas demandas ao poder público local no que se refere às infraestruturas urbanas. Na verdade, a cidade de Oeiras desponta como centralidade no Território Vale do Rio Canindé por possuir um conjunto de fixos e fluxos que acaba por atrair maiores volumes de mercadorias, capitais, serviços e pessoas, em que o IFPI se constitui em mais um elemento presente nessa dinâmica. Com efeito, espera-se, com esse estudo que apresenta dados estatísticos descritivos como evidências fotográficas da realidade analisada, ter colaborado para a compreensão de aspectos que impulsionam a dinâmica urbana oeirense e iluminar pesquisas que visem a pormenorizar as desigualdades no uso, ocupação e apropriação do espaço urbano e seus efeitos sobre a população.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. de C. **Educação profissional: os descompassos entre a expansão do instituto federal e o mercado de trabalho no Piauí**. 254 fls. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia - MG, 2019. Disponível em

<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/26529/1/EDUCA%c3%87%c3%83O%20PROFISSIONAL%20%20OS%20DESCOMPASSOS%20ENTRE%20A%20EXPANS%c3%83O%20DO%20INSTITUTO%20FEDERAL%20E%20O%20MERCADO%20DE%20TRABALHO%20NO%20PIAU%c3%8d.pdf>

Acesso em: 05 maio 2020.

ARRAES, D. E. A. **Curral de reses, Curral de Almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVIIe XIX**. 509 fls. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo - SP, 2012. Disponível em https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-31052012_113850/publico/Esdras_Arraes_Dissertacao.pdf. Acesso em: 05 maio 2020.

BRASIL. **Portal da Transparência**. Disponível em <http://www.portaltransparencia.gov.br/servidores/> Acesso em: 01 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e tecnologia, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm Acesso em: 30 mar. 2021.

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011. 157 p.

_____. A diferenciação socioespacial. **Revista Cidades**, Presidente Prudente-SP, v.4, n.6, p. 45-60, 2007. Disponível em <https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/569/600#>. Acesso em: 05 maio 2020.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

GOOGLE FORMS. **Formulários do Google**. 2021. **Página inicial**. Disponível em <https://docs.google.com/forms/>. Acesso em: 02 nov. 2020.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço**. São Paulo: EDUSP, 1997.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2000**. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em: 30 mar. 2021.

_____. **Região de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

_____. **Censo demográfico 2010**. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em: 30 mar. 2021.

_____. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**. 2021. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 16 jul. 2021.

_____. **Malha municipal digital do Brasil: situação em 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em ftp://geoftp.ibge.gov.br/malhas_digitais/. Acesso em: 18 abr. 2020.

_____. **Estimativa da população 2020**. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em: 30 jun. 2021.

_____. **Histórico de Oeiras 2020**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/oeiras/historico>. Acesso em: 30 mar. 2021.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. 2021. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=resultados>. Acesso em: 30 mar. 2021.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar, 2014**. Brasília: MEC, 2011. Disponível em https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard&PortalPath=%2Fshared%2FIntegra%C3%A7%C3%A3o%20-%20Consulta%20Matr%C3%ADcula%2F_portal%2FConsulta%20Matr%C3%ADcula&Page=Consolidado%20por%20UF. Acesso em: 16 jul. 2021.

_____. **Censo Escolar, 2015**. Brasília: MEC, 2016. Disponível em https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard&PortalPath=%2Fshared%2FIntegra%C3%A7%C3%A3o%20-%20Consulta%20Matr%C3%ADcula%2F_portal%2FConsulta%20Matr%C3%ADcula&Page=Consolidado%20por%20UF. Acesso em: 16 jul. 2021.

_____. **Censo Escolar, 2016**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard&PortalPath=%2Fshared%2FIntegra%C3%A7%C3%A3o%20-%20Consulta%20Matr%C3%ADcula%2F_portal%2FConsulta%20Matr%C3%ADcula&Page=Consolidado%20por%20UF. Acesso em: 16 jul. 2021.

_____. **Censo Escolar, 2017**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard&PortalPath=%2Fshared%2FIntegra%C3%A7%C3%A3o%20-%20Consulta%20Matr%C3%ADcula%2F_portal%2FConsulta%20Matr%C3%ADcula&Page=Consolidado%20por%20UF. Acesso em: 16 jul. 2021.

_____. **Censo Escolar, 2018**. Brasília: MEC, 2019. Disponível em https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard&PortalPath=%2Fshared%2FIntegra%C3%A7%C3%A3o%20-%20Consulta%20Matr%C3%ADcula%2F_portal%2FConsulta%20Matr%C3%ADcula&Page=Consolidado%20por%20UF. Acesso em: 16 jul. 2021.

_____. **Censo Escolar, 2019**. Brasília: MEC, 2020. Disponível em https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard&PortalPath=%2Fshared%2FIntegra%C3%A7%C3%A3o%20-%20Consulta%20Matr%C3%ADcula%2F_portal%2FConsulta%20Matr%C3%ADcula&Page=Consolidado%20por%20UF. Acesso em: 16 jul. 2021.

_____. **Censo Escolar, 2020**. Brasília: MEC, 2020. Disponível em https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard&PortalPath=%2Fshared%2FIntegra%C3%A7%C3%A3o%20-%20Consulta%20Matr%C3%ADcula%2F_portal%2FConsulta%20Matr%C3%ADcula&Page=Consolidado%20por%20UF. Acesso em: 16 jul. 2021.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. 3ª reimpressão. Tradução: Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

NOBRE, L. N.; FREITAS, R. R. A evolução da pós-graduação no Brasil: histórico, políticas e avaliação. **Brazilian Journal of Production Engineering** (BJPE). V.3, 2017, p.18-30. Disponível em https://periodicos.ufes.br/bjpe/article/view/v3n2_3/pdf. Acesso em: 30 mar. 2021.

NUNES, M. C.P.; ABREU, I. G. Vilas e Cidades do Piauí. In. SANTANA, Raimundo. N. M. (org.) **Piauí: formação, desenvolvimento e perspectiva**. Teresina. Fundap, 1996, p. 85-111.

PIAUI (Estado). **Lei Complementar nº 87 de 22 de agosto de 2007**. Estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí e dá outras providências. Disponível em <http://www.seplan.pi.gov.br/ppt.php>. Acesso em: 30 mar. 2021.

_____. **Lei nº 6.967, de 03 de abril de 2017**. Altera a Lei Complementar nº 87, de 22 de agosto de 2007, que estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí e dá outras providências. Palácio de Karnak, Teresina, 2017. Disponível em http://www.seplan.pi.gov.br/download/201905/SEP03_8d4698d08e.pdf. Acesso em: 01 jul. 2021.

SANTANA, F. das C. **A expansão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, de 2008 a 2010**: um estudo sobre a localidade dos campi no território piauiense. 175 fls. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Rio Claro - SP, 2012. Disponível em https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/104429/santana_fc_dr_rcla.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 05 maio 2020.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed., São Paulo: EDUSP, 2008a.

_____. **Manual de geografia urbana**. 3. ed., São Paulo: EDUSP, 2008b.

SILVA, A. A. C. da. **A expansão dos Institutos Federais e seus rebatimentos na dinâmica socioespacial de Crateús/CE**. 169 fls. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia), Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral - CE. 2019. Disponível em http://www.uvanet.br/mag/documentos/dissertacao_1ff6198a994f2e31c047a99b71d2cfe2.pdf Acesso em: 05 maio 2020.

SILVA, J. G. da. **A expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica entre os anos 2005 e 2015 e suas implicações socioespaciais no estado de Santa Catarina**. 416 fls. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - SC. 2017. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/185403/PGCN0643-T.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 maio 2020.

SILVA, L. T. da. **A dinâmica geográfica da expansão dos institutos federais no estado da Bahia**: regionalizações e reordenamento. 161fls. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal da Bahia, Salvador - BA, 2018. Disponível em https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/29449/1/Tese_Geografia_Leonardo%20Thompson_2018.pdf. Acesso em: 05 maio 2020.

_____. Política de educação e território: a expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil e suas escalas de ação. Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, 1, 2014. Rio de Janeiro. **Anais...** Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 654-665. ISBN 978-85-63800-17-6. Disponível em

<https://www.editoraletra1.com.br/anais-congeio/arquivos/978-85-63800-17-6-p654-665.pdf>. Acesso em: 05 maio 2020.

SILVA NETO, J. T. A expansão das instituições federais de educação profissional e tecnológica no Piauí nas estratégias de desenvolvimento dos Planos Plurianuais do Governo Lula, e a escolha de municípios e de Cursos. 137 fls. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas), Universidade Federal do Piauí, Teresina - PI, 2013. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/16y_LxEdEOxkqtCUcZhGfJNAMr-6E9r61/view. Acesso em: 05 maio 2020.

Recebido em: 12/04/2021

Aceito para publicação em: 10/08/2021